

Data: 26 / 06 / 2017

No seguimento da informação para início do procedimento do Eng.º Bruno Barros, datada de 01 de Junho de 2017, anexa a este processo relativamente à empreitada de obras públicas “Estrada ER235 Ribela Espinheira – Abatimento da Via”, processo *MyDoc* n.º 300.10.001/22, com informação de cabimento datada de 16 de Junho de 2017 tomo as seguintes decisões:

Decisão de Contratar: Não dispondo de meios humanos e de equipamento para a execução dos trabalhos, tomo a decisão de contratar, estimando-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder **114.388,00 €**.

Decisão de autorizar a despesa: No uso da competência própria, para autorizar a realização contratual da despesa prevista na alínea a) do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que pode ir até 149.639,00 €, autorizo a despesa inerente ao contrato a celebrar, uma vez que o preço contratual não deverá exceder **114.388,00 €**.

Decisão de aprovação das peças do procedimento adotado: Aprovo as peças do procedimento, Convite e Caderno de Encargos que inclui o Projeto de Execução, conforme previsto no n.º 2 do artigo 40.º do CCP.

Decisão de escolha do procedimento: Nos termos da regra geral de escolha do procedimento, prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes do artigo 19.º do CCP, adote-se o procedimento de **ajuste direto**.

Decisão de designação do Júri: Para a condução do procedimento designo o seguinte Júri: **1)** Isilda Duarte; **2)** Cláudia Albuquerque; **3)** Bruno Barros. Sendo suplentes: **1)** António Vaz; **2)** Pedro Costa.

Decisão da Abertura do procedimento: Abra-se o procedimento disponibilizando-o às entidades convidadas através da Plataforma Eletrónica **Vortalgov**.

Decisão das entidades a convidar: Deverão ser convidadas as seguintes entidades: **1)** Carlos Gil – Obras Públicas, Construção Civil e Montagem Elétrica, Lda; **2)** Lusósico – Construções SA; **3)** Odraude – Construção Civil e Obras Públicas Lda; **4)** Vítor Almeida & Filhos Lda; **5)** Fozvias Unipessoal Lda.

Das entidades convidadas a apresentar proposta, os Serviços deverão verificar se o convite não viola os limites previstos no nº2 e no nº5 do artigo 113º do CCP.

O Presidente da Câmara Municipal





Setor Obras Públicas

n.º reg.: 3146/2017
data: 01/06/2017

INFORMAÇÃO
páginas 1 | 4

assunto: Fase Pré-concorrencial da abertura do procedimento para a formação do contrato de Empreitada de Obras Públicas "Estrada ER235 Ribela Espinheira – Abatimento da Via".

Relativamente ao assunto referido em epígrafe, sou a informar o seguinte:

Antes da abertura formal do procedimento pré-contratual tem lugar uma fase preliminar, com alcance meramente intra-administrativo. Esta fase inicia-se com a formulação da decisão administrativa de contratar. A competência para a prática deste acto administrativo incumbe, em geral ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar (n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP)).

O órgão competente para a decisão de contratar é, também, competente para escolher o procedimento pré-contratual a adotar (artigo 38.º do CCP). O artigo 80.º do CCP dispõe sobre os pressupostos de revogação da decisão de contratar.

Como o contrato a celebrar envolve a realização de despesa pública, esta tem que ser autorizada. A competência para autorizar a realização da despesa na administração pública varia em função do valor do contrato, exigindo-se a intervenção de um órgão tão mais elevado na cadeia hierárquica quanto mais elevado seja aquele o valor (artigos 16.º a 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho). Se houver autorização da despesa sem que tenha sido adotada expressamente a decisão de contratar, a lei presume que esta está implícita na primeira (parte final do n.º 1, artigo 36.º do CCP).

A administração pública deve ainda, na fase preliminar do procedimento, produzir dois importantes atos jurídicos que servirão de base ao procedimento em causa: o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, sendo a aprovação de ambos da competência do órgão competente para a decisão de contratar (artigo 40.º, n.º 2 do CCP). O Programa do Procedimento é um regulamento que define os termos a que obedece a fase de formação do contrato até à sua celebração (artigo 41.º do CCP). No Ajuste Direto o Programa de Procedimento é substituído pelo Convite à apresentação de propostas (n.º 1, artigo 115.º do CCP), devendo este também ser aprovado nesta fase do procedimento pelo órgão competente para a decisão de contratar (n.º 2, artigo 40.º do CCP). Os procedimentos pré-contratuais são conduzidos por um Júri (n.º 1, artigo 67.º do CCP) que é, assim o órgão colegial responsável pela instrução procedimental. Como o Júri do Procedimento entra em funções no dia seguinte ao do envio do Anúncio do Procedimento para publicação ou do envio do Convite (ou seja, quase em simultaneamente com a abertura da fase inicial do procedimento: n.º 1, artigo 68.º do CCP) ele tem forçosamente que ser designado na fase preliminar. A competência para a designação dos membros do Júri cabe ao órgão competente para a decisão de contratar (n.º 1, artigo 67.º do CCP). Destaca-se que cabe ao Júri do Procedimento conduzir os



n.º reg.: 3146/2017

data: 01/06/2017

INFORMAÇÃO

páginas 2 | 4

Setor Obras Públicas

procedimentos para a formação dos contratos, salvo no caso da exceção prevista no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, em que tenha sido apresentada uma única proposta. Estaremos nesta situação se superiormente e nesta fase preliminar for decidido convidar apenas uma entidade ou posteriormente se, apesar de terem sido convidadas várias entidades apenas uma delas venha a apresentar proposta.

Nos procedimentos de Ajuste Direto em que tenha sido formulado convite apenas a uma entidade a instrução do procedimento pré-contratual é assegurada, não pelo júri (n.º 1, artigo 67.º do CCP) mas diretamente pelos serviços da entidade adjudicante (n.º 1, artigo 125.º do CCP).

No Ajuste Direto, cuja exteriorização começa com o envio de Convite à apresentação de propostas (n.º 1, alínea a) do artigo 40.º e do artigo 112.º do CCP), a fase preliminar do procedimento compreende necessariamente a escolha das entidades às quais tais convites serão formulados sendo esta escolha da competência do órgão competente para a decisão de contratar (n.º 1 do artigo 113.º do CCP, com os limites dos n.º 2 e 5).

Aplicando, a este caso concreto, o anteriormente exposto, conclui-se que:

Ponto 1 – Havendo a necessidade de se executar a obra supra referida e tendo em conta que não possuímos os meios próprios necessários (meios humanos e equipamento) para a sua execução torna-se indispensável tomar a decisão administrativa de contratar e a decisão de autorizar a despesa.

Sendo que o preço base do contrato de empreitada é de **114.388,00 €** (cento e catorze mil, trezentos e oitenta e oito euros), essa competência é do Presidente da Câmara nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, aplicado às autarquias locais pela alínea d) do artigo 2.º e em particular às empreitadas de obras públicas de acordo com a alínea b) do artigo 4.º, todos do citado diploma.

Ponto 2 – Previamente à tomada da decisão referida no Ponto 1, para fazer face à despesa inerente ao contrato, deve ser garantida a existência de dotação orçamental estimando-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder o valor acima referido.

Ponto 3 – De acordo com o CCP, levando em consideração que o preço base do contrato de empreitada é de **114.388,00 €** (cento e catorze mil, trezentos e oitenta e oito euros) e sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, correspondendo ao mais baixo dos valores previstos no n.º 1 do artigo 47.º do CCP, e por outro lado nos termos do artigo 17.º do CCP, o valor contrato a celebrar é o valor máximo do benefício económico que em função do procedimento a adotar vai ser obtido pelo

Setor Obras Públicas

adjudicatário com a execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, por conjugação com o disposto no artigo 19.º do CCP, propõe-se a adoção do procedimento de "Ajuste Direto", cuja tramitação procedimental está prevista nos artigos 112.º a 127.º do CCP

Ponto 4 – Ao abrigo do n.º 2 do artigo 63.º do CCP, tendo em conta de que é necessário garantir que os interessados tenham o tempo necessário para a elaboração da proposta em função da natureza, das características, do volume e da complexidade da obra em especial os aspetos da sua execução submetidos à concorrência, tendo em conta que estamos perante um caso de manifesta simplicidade dos trabalhos necessários à realização da obra, sugere-se que o prazo mínimo para apresentação das propostas seja de 8 (oito) dias.

Ponto 5 – Ao abrigo do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, submete-se à aprovação de V. Ex.ªs as peças do procedimento em anexo, conforme referidas na alínea a) do n.º 1 do citado artigo 40.º e abaixo resumidas. Além do preço base acima referido e do prazo para a apresentação das propostas, nelas se destaca um prazo de execução da obra de 90 (noventa) dias e o critério de adjudicação do mais baixo preço.

1. DOCUMENTOS INTERNOS
 - 1.1 MAPA DE QUANTIDADES DE TRABALHO – ORÇAMENTO
2. CONVITE
3. CADERNO DE ENCARGOS – CLÁUSULAS GERAIS
4. PROJETO DE EXECUÇÃO
 - 4.1 FICHEIRO EDITÁVEL DO MAPA DE QUANTIDADES DE TRABALHO – MEDIÇÕES (*.XLS)
5. PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE – FASE DE PROJETO

Ponto 6 – De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 113.º e n.º 1 do artigo 114.º, ambos do CCP, "a escolha das entidades a apresentar proposta no procedimento de ajuste direto cabe ao órgão competente para a decisão de contratar", podendo a entidade adjudicante, "sempre que o considere conveniente, convidar a apresentar proposta mais de uma entidade" sendo esta a situação aqui sugerida.

Antes da escolha das entidades a convidar deve ser verificado se o convite não viola os limites previstos no n.º 2 e n.º 5 do artigo 113.º do CCP.

Ponto 7 – No presente procedimento, no cumprimento da alínea g), n.º 1, do art.º 115 do CCP e



n.º reg.: 3146/2017
data: 01/06/2017

INFORMAÇÃO

páginas 4 | 4

Setor Obras Públicas

conforme indicações superiores, o modo de apresentação das propostas é o previsto no n.º 1 do art.º 62 do CCP – Plataforma Eletrónica VORTALgov.

Ponto 8 – No Ajuste Direto se estivermos perante uma situação de mais do que um convidado, ao abrigo do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o Júri do Procedimento deverá ainda ser designado pelo órgão competente para a decisão de contratar.

À consideração de V. Ex.ª,

Bruno Gonçalo dos Reis Barros

Técnico Superior

442

✓ 6
83

Município de Penacova
Informação de Cabimento
Plano Oficial de Contabilidade Autárquica - Pocal

DESP.: 293/2017/2017

Código de GOP - 03 331 2017/8 Ac.6 Estrada ER235 Ribela/Espinheira			
<i>Fonte de Financiamento</i>	<i>Administração Autárquica 100,000 %</i>	<i>Administração Central %</i>	<i>Fundos Comunitários %</i>
Orçamento para o ano de 2017			
Classificação Orgânica - 0102 CÂMARA MUNICIPAL			
Classificação Funcional - 331			
Classificação Económica - 07010408 Viação rural			
1	Dotação Inicial		588.511,00
2	Reforços / Anulações		322.326,69
3	Congelamentos / Descongela-mentos		0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida		910.837,69
5	Cabimentos assumidos		322.895,32
6 = 4 - 5	Dotação Disponível		587.942,37
7	Cabimento relativo à despesa em análise		121.251,28
8 = 6 - 7	Saldo Residual		466.691,09
Data - 24-02-2017			

Assinatura do Responsável

António Rodrigues

DESP.: 293/2017/2017

Serviço Requiritante: F Div. Amb., Serv. Urbanos e Obras

Organica: 0102 CÂMARA MUNICIPAL

Económica: 07010408 Viação rural

GOP: 03 ECONÓMICAS

331 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

2017/8 Intempéries Jan/Fev 2016

Acc.: 6 Estrada ER235 Ribela/Espinheira

Dependente de:

Contrato:

N.Seq.: 24397

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 121.500,00

Cabimentado: 121.251,28

Saldo: 248,72

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
24-02-2017	1608	90.385,88					90.385,88	
16-06-2017	3368		30.865,40				121.251,28	